



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO
DE
2018

ÍNDICE

Página(s)

Balanco Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração do Patrimônio Líquido	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 19

**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em Reais)**

ATIVO	Notas	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE			
Bancos - Aplicações Financeiras	4	3.045.716,91	6.469.300,23
Adiantamentos a Fornecedores		-	864,00
Adiantamentos a Empregados	5	240.697,00	226.270,71
Créditos de Contrato de Gestão	6	12.188.475,42	1.817.320,95
Estoques	7	721.789,18	587.281,82
		16.196.768,51	9.101.037,71
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo		21.916,47	-
Imobilizado	8	4.340.848,09	5.030.002,04
Intangível	9	396.383,80	266.774,99
		4.759.148,36	5.296.777,03
TOTAL DO ATIVO		20.955.916,87	14.397.814,74
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	1.795.485,28	1.066.785,27
Obrigações Trabalhistas	11	2.090.185,54	2.082.522,10
Obrigações Sociais e Fiscais	12	1.253.558,03	973.019,80
Contas a Pagar	13	4.947.911,22	2.454.918,57
Provisões para Férias e Encargos		3.527.660,47	4.366.774,14
Provisões para Contingências	14	1.219.865,02	881.160,62
		14.834.665,56	11.825.180,50
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Bens Públicos em nosso poder	15	4.737.231,89	5.296.777,03
		4.737.231,89	5.296.777,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		(2.724.142,79)	(6.735.139,58)
Superávit do Exercício	28	4.108.162,21	4.010.996,79
		1.384.019,42	(2.724.142,79)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.955.916,87	14.397.814,74

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO PERÍODO FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em Reais)

	Notas	2018	2017
RECEITAS LÍQUIDAS	16	66.083.028,31	66.457.976,60
Contrato de Gestão	17	65.393.353,20	65.495.818,75
Realização de Bens Públicos em nosso poder		737.148,93	1.066.239,60
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.h	(47.473,82)	(1.616,00)
(-) Glosas sobre Contrato de Gestão		-	(102.465,75)
CUSTOS		(57.524.172,36)	(57.021.648,40)
Pessoal e Reflexo	19	(43.782.872,28)	(44.012.465,96)
Serviços Terceirizados	20	(6.288.307,94)	(5.834.500,99)
Medicamentos e Materiais de Consumo	21	(7.452.992,14)	(7.174.681,45)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	26	(10.321.347,17)	(10.018.306,97)
(-) Isenção da CPP Usufruída	26	10.321.347,17	10.018.306,97
(=) RESULTADO BRUTO		8.558.855,95	9.436.328,20
DESPESAS		(4.940.294,21)	(5.273.990,01)
Impostos, Taxas e Contribuições		(4.152,94)	(4.582,58)
Despesas Gerais	22	(4.498.240,15)	(5.095.398,07)
Provisões para Contingências		(437.901,12)	(174.009,36)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS		375.443,52	220.147,11
Receitas com Doações		375.094,87	216.322,61
Outras Receitas		348,65	3.824,50
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		3.994.005,26	4.382.485,30
RESULTADO FINANCEIRO	18	114.156,95	(371.488,51)
Receitas Financeiras		319.178,23	428.963,32
(-) Despesas Financeiras		(205.021,28)	(420.451,83)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	28	4.108.162,21	4.010.996,79

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.




**DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(7.246.392,89)	511.253,31	(6.735.139,58)
Incorporação do Superávit Anterior	511.253,31	(511.253,31)	-
Superávit do Exercício	-	4.010.996,79	4.010.996,79
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(6.735.139,58)	4.010.996,79	(2.724.142,79)
Incorporação do Superávit Anterior	4.010.996,79	(4.010.996,79)	-
Superávit do Exercício	-	4.108.162,21	4.108.162,21
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.724.142,79)	4.108.162,21	1.384.019,42

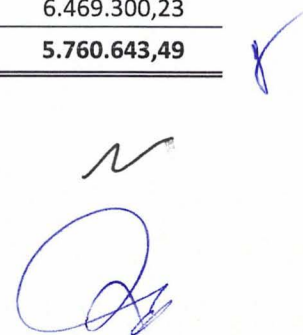
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (em Reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	4.108.162,21	4.010.996,79
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	864,00	(864,00)
Adiantamentos a Empregados	(14.426,29)	(138.489,83)
Créditos com Contrato de Gestão	(10.371.154,47)	(467.851,16)
Outros Créditos	-	-
Estoque	(134.597,36)	331.932,34
Realizável a Longo Prazo	(21.916,47)	-
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	728.700,01	159.963,06
Obrigações Trabalhistas	7.663,44	(188.416,83)
Obrigações Sociais e Fiscais	280.538,23	(361.860,92)
Provisões para Férias e Encargos	(839.113,67)	354.219,60
Provisões para Contingências	338.704,40	174.009,36
Outras Obrigações	2.492.992,65	1.887.005,08
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	3.423.583,32	5.760.643,49
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobiliz./Intang. pertencente à Gestão Pública	47.473,82	1.616,00
Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento	47.473,82	1.616,00
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	(47.473,82)	(1.616,00)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	(47.473,82)	(1.616,00)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(3.423.583,32)	5.760.643,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	6.469.300,23	708.656,74
Disponibilidades no Final do Exercício	3.045.716,91	6.469.300,23
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(3.423.583,32)	5.760.643,49

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(em Reais)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

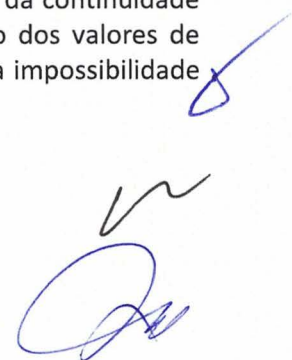
O **Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83.

O **Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” - CEJAM** qualificado como Organização Social, através do Contrato de Gestão nº 006/2012 firmado com a **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro** em 27 de março de 2012, com prazo de vigência inicial de dois anos e renovações ocorridas através dos Termos Aditivos nº 008/2014 e nº 015/2015, vem desenvolvendo ações e serviços de saúde em duas unidades: **Hospital Municipal Dr. Evandro Freire (Hospital da Ilha)** e **CER Ilha**, com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde.

Em 26 de setembro de 2015, foi firmado o Contrato de Gestão nº 037/2015, com prazo de vigência de dois anos, para continuidade das ações e serviços de saúde no **Hospital Municipal Dr. Evandro Freire (Hospital da Ilha)** e **CER Ilha**, pelo período de 27 de setembro de 2015 a 26 de setembro de 2017, com recursos no montante de R\$ 132.703.307,52, não sendo o **CER Centro** contemplado nesta renovação.

Em 27 de setembro de 2017, através do Termo Aditivo nº 029/2017, ocorreu a renovação do prazo de vigência do contrato por mais dois anos, pelo período de 27 de setembro de 2017 a 26 de setembro de 2019, com recursos no montante de R\$ 130.786.706,02.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.



2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47/IFRS 15 Receita de Contrato com Clientes não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações a partir de 1º de janeiro de 2018 não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados e comparativos, de abertura.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

✓



3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2018 e 2017.

3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

3.c) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2018 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2017. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Benfeitorias em imóveis: 25 anos;
- Máquinas e equipamentos: 10 anos;
- Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos;
- Equipamentos de uso médico: 10 anos;
- Equipamentos de informática: 5 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos.

3.d) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio social:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/décits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2018	2017
Banco do Brasil S.A.	3.045.716,91	6.469.300,23
	3.045.716,91	6.469.300,23

A Entidade mantém a parcela disponível do resultado aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

	2018	2017
Adiantamentos de Férias	240.697,00	226.270,71
	240.697,00	226.270,71

6. CRÉDITOS DE CONTRATO DE GESTÃO

	2018	2017
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil	12.188.475,42	1.817.320,95
	12.188.475,42	1.817.320,95

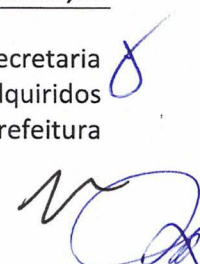
7. ESTOQUES

	2018	2017
Medicamentos	329.416,98	227.860,61
Equipamentos de EPI	299,40	-
Materiais de Uso dos Pacientes	291.702,12	256.975,07
Gêneros Alimentícios	16.678,02	42.720,89
Impressos e Materiais de Expediente	41.579,32	26.210,65
Produtos de Limpeza	10.121,36	9.757,77
Materiais de Manutenção	20.597,62	19.186,06
Rouparia	842,83	1.475,62
Outros Materiais de Consumo	10.641,53	3.095,15
	721.879,18	587.281,82

8. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2018	2017
Benfeitorias em Imóveis	25%	251.890,90	251.890,90
Máquinas e Equipamentos	10%	1.984.767,35	1.978.496,14
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	1.346.013,46	1.346.013,46
Equipamentos de Uso Médico	10%	2.331.295,89	2.328.668,13
Equipamentos de Informática	20%	1.275.101,62	1.246.249,02
Móveis e Utensílios	10%	2.144.489,10	2.134.766,85
(-) Depreciação Acumulada		(4.992.710,23)	(4.256.082,46)
		4.340.848,09	5.030.002,04

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.



09. INTANGÍVEL

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2018	2017
Direito de Uso de Sistemas	20%	694.716,35	694.716,35
(-) Amortização Acumulada		(298.332,55)	(427.941,36)
		396.383,80	266.774,99

10. FORNECEDORES

	2018	2017
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	1.062.806,04	586.975,36
Fornecedores de Imobilizado	-	220,00
Fornecedores de Serviços – Pessoas Jurídicas	732.679,24	476.521,91
Fornecedores de Serviços – Pessoas Físicas	-	3.068,00
	1.795.485,28	1.066.785,27

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2018	2017
Salários a Pagar	2.058.932,29	2.067.198,11
Rescisões a Pagar	8.062,81	7.732,77
Pensões Alimentícias a Pagar	12.253,74	7.591,22
Férias a Pagar	10.936,70	-
	2.090.185,54	2.082.522,10

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2018	2017
INSS a Recolher	205.872,82	164.542,91
FGTS a Recolher	329.494,10	316.353,06
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	38,16	627,05
IRRF a Recolher	695.718,89	477.114,55
CSRF a Recolher	13.053,08	7.704,80
INSS Retido de PJ a Recolher	5.044,69	4.748,62
ISS Retido na Fonte a Recolher	4.336,29	1.928,81
	1.253.558,03	973.019,80

13. CONTAS A PAGAR

	2018	2017
Light Serviços de Eletricidade S.A.	3.911.331,27	1.359.901,60
Nextel Telecomunicações	737,10	-
Telemar Norte Leste	63,24	-
CEDAE Companhia Estadual de Águas e Esgotos	858.642,74	749.703,54
Outras Contas a Pagar	108.988,92	345.313,43
Seguros a Pagar	6.547,80	-
Acordos Trabalhistas a Pagar	61.600,15	-
	4.947.911,22	2.454.918,57

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2018	2017
Provisões para Contingências Trabalhistas	1.219.865,02	881.160,62
	1.219.865,02	881.160,62

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 2.582.274,79, sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL	2018
De natureza Trabalhista	2.582.274,79
	2.582.274,79



15. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica “Bens públicos em nosso poder”, no montante de R\$ 4.737.231,89 em 2018 e R\$ 5.296.777,03 em 2017, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

16. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como “saldos de contrato”). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

17. RECEITAS COM CONTRATO DE GESTÃO

	2018	2017
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil Contrato de Gestão 037/2015	65.393.353,20	65.495.818,75
	65.393.353,20	65.495.818,75

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Rendimentos de Aplicações Financeiras	319.026,84	46.550,93
Descontos Obtidos	151,39	2.412,39
(-) Tarifas Bancárias	(34.573,23)	(36.780,69)
(-) Juros e Mora Comerciais	(52.071,40)	(70.753,48)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(118.376,65)	(312.917,66)
	114.156,95	(371.488,51)

19. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO

	2018	2017
Remunerações	37.772.984,14	39.153.001,83
Benefícios	2.000.063,87	1.208.777,36
Encargos Sociais	4.009.824,27	3.650.686,77
	43.782.872,28	44.012.465,96

20. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2018	2017
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	5.587.920,92	5.377.561,86
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	698.403,02	454.630,80
Bolsistas e Estagiários	1.984,00	2.308,33
	6.288.307,94	5.834.500,99

21. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2018	2017
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	5.902.537,89	5.612.041,66
Materiais de Consumo	1.141.409,29	1.270.875,39
Materiais de Conservação e Reparos	160.615,11	125.328,76
Outros Materiais e Insumos	248.429,85	166.435,64
	7.452.992,14	7.174.681,45

22. DESPESAS GERAIS

	2018	2017
Contas de Consumo (Água, Luz, Gás e Telefone)	3.243.077,75	3.351.912,43
Aluguéis (Imóveis, Equipamentos e Aparelhos)	391.514,25	390.925,56
Administrativas	26.561,78	20.573,62
Publicidade	5.238,00	-
Eventos	2.059,55	1.286,84
Bens não Imobilizados	58.434,72	79.442,05
Outras Despesas Gerais	771.354,10	1.251.257,57
	4.498.240,15	5.095.398,07



23. COBERTURAS DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

24. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, chamada “Lei da Filantropia” e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

25. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado.

Em 26 de novembro de 2015 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Em 30 de outubro de 2018 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.191938/2018-98, o qual se encontra aguardando decisão final do processo anterior.

Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19.

Conforme Decreto nº 8.242/2014, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

“Art. 4º - Os requerimentos de concessão da certificação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto.”

“Art. 8º - O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador. “

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2018 e 2017. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como “provável” a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.

26. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2018 foi de R\$ 10.321.347,17 (em 2017 de R\$ 10.018.306,97) e está registrada em conta própria de “Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias”, no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2018	2017
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	10.181.666,43	9.927.428,10
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	139.680,74	90.878,87
	10.321.347,17	10.018.306,97
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(10.181.666,43)	(9.927.428,10)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(139.680,74)	(90.878,87)
	0,00	0,00

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015-19.



27. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2017, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2018 foi de R\$ 1.982.490,85 (em 2017 R\$ 1.993.739,30), distribuída da seguinte forma:

	2018	2017
RENÚNCIA FISCAL		
Cofins	1.982.490,85	1.993.739,30
	1.982.490,85	1.993.739,30





28. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício de 2018 foi de R\$ 4.108.162,21 e o de 2017 de R\$ 4.010.996,79 estando assim distribuído entre o contrato de gestão:

	2018	2017
Hospital. Municipal Dr. Evandro Freire	3.617.066,74	3.296.487,62
CER Ilha	491.095,47	714.509,17
	4.108.162,21	4.010.996,79

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018.


Dr. Fernando Proença de Gouvêa
Superintendente


Tiago Velloso de Carvalho
Diretor Geral
HMEF CER ILHA
OS CEJAM
Tiago Velloso de Carvalho
Diretor Geral


Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3